

OBS: A PARCELA CORRESPONDENTE A CADA CREDOR
SERÁ APURADA DE FORMA INDIVIDUALIZADA,
CONFORME O MONTANTE DE SEU CRÉDITO.

**c) Fornecedores EPP com valores a receber acima de R\$
20.000,00.**

Número de Credores – 06

Dívida Total – R\$ 328.771,02

Proposta de Negociação:

Atualização Monetária: atualização anual do saldo devedor pela variação
mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).

Carência: - 24 meses a contar a partir da homologação do plano

Forma de Pagamento: - 48 parcelas mensais iguais corrigidas pela
variação acumulada da Taxa Referencial,
sendo a primeira vencendo no último dia do
25º após a homologação do plano e as demais
em igual data correspondente aos 47 meses
subsequentes

OBS: A PARCELA CORRESPONDENTE A CADA CREDOR
SERÁ APURADA DE FORMA INDIVIDUALIZADA,
CONFORME O MONTANTE DE SEU CRÉDITO.



6.3 Créditos Não Concurais.

São créditos que apesar de não estarem sujeitos aos ditames da Lei 11.101/2005, precisam ser considerados para apuração do “Valor da Parcela Mensal”, para fins de construção do fluxo de caixa futuro.

6.3.1 Crédito tributário, independentemente de sua natureza e tempo de constituição.

Segundo a Lei nº 11.101/2005 o crédito tributário está excluído dos efeitos da Recuperação Judicial, podendo ser cobrado fora do plano, segundo legislação específica que estabelecer o parcelamento. Assim, as dívidas de natureza tributária deverão ser liquidadas dentro das condições legais de parcelamento oferecido pelos órgãos públicos.

Para fins de elaboração do Fluxo de Caixa Futuro é necessário considerar todos os desembolsos que a empresa irá efetuar durante o período em que estiver em recuperação. Assim, os compromissos com a amortização das dívidas de natureza tributária serão considerados no fluxo de caixa futuro projetado.

Conforme levantamento a empresa possui dívidas de natureza tributária num montante de **R\$ 2.848.151,38**. As instituições credoras são a Receita Federal do Brasil e a Secretaria de Estado da Fazenda do estado do Paraná.

6.3.1.1 Receita Federal do Brasil – RFB

A dívida com a Receita Federal se referem ao não recolhimento dos encargos de natureza não previdenciária, decorrentes da apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), CONFINS e PIS, e daqueles de natureza previdenciária, como o INSS.



a) Rodomunk

Conforme apresentado na tabela nº 25, a dívida total da empresa Rodomunk com Receita Federal do Brasil soma a importância de **R\$ 1.688.578,95**. Deste montante, um total correspondente a **R\$ 1.124.621,61** são referentes a impostos e contribuições de natureza não tributária. Outros **R\$ 563.958,34** são de natureza previdenciária.

Há dois parcelamentos das dívidas junto a RFB. Um no montante de **R\$ 797.779,41**, se referem a encargos de natureza não previdenciária (Tabela nº xx). E, o outro, no valor de **R\$ 137.018,54**, a contribuição do INSS.

TABELA Nº 25

DÍVIDA COM A RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RODOMUNK

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	VALORES (R\$)
Débitos Não Previdenciários	
IRPJ - 0561 - Julho/2016 a Abril/2017	23.270,44
PIS - Junho/2016 a Abril 2017	34.905,15
CONFINS - Junho/2016 a Abril/2017	163.269,60
IRPJ - 2º, 3º e 4º TRIM/2016	86.089,62
CSLL - 2º, 3º e 4º TRIM/2016	19.307,39
DIV.ATIVA-PIS CONFINS IRPJ CSLL INSS (*)	797.779,41
SUBTOTAL TOTAL	1.124.621,61
DÉBITOS NÃO PREVIDENCIÁRIO	
Débitos Previdenciários	
INSS	426.939,80
INSS – Parcelado (*)	137.018,54
SUBTOTAL	563.958,34
TOTAL	1.688.579,95

(*) Valor amparado por parcelamento deferido.

FONTE: Levantamento feito pelo Escritório responsável pela contabilidade da empresa.

No que pese a Portaria **PGFN/RFB Nº 1, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015**, que concede benefícios às empresas em recuperação, como se depreende de seu Artigo 36-A:

Art. 36-A. O sujeito passivo que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro



de 2005, poderá parcelar seus débitos para com a Fazenda Nacional em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e consecutivas.

Será considerado, para fins de projeção do fluxo de caixa futuro do Grupo, condições oferecidas pelo PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), aprovado pela **Medida Provisória nº 783**, publicada no Diário Oficial da União, edição extra de 31/05/2017, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1711, publicada em 21/06/2017.

Poderão aderir ao O PERT pessoas físicas e jurídicas até 31/08/2017 e incluirão no parcelamento os débitos vencidos até 30/04/2017.

Se os débitos forem de até R\$ 15.000.000,00, e o parcelamento for feito no âmbito RFB, a entrada será 7,5% até 12/2017 e, além disso, caberá o aproveitamento de prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e outros créditos fiscais para quitar todo o saldo remanescente e, ainda por cima, com descontos nas multas e juros.

O parcelamento será em até 175 meses, com redução de 50% nos juros, 25% nas multas e nos encargos, inclusive honorários. A parcela mínima não poderá ser inferior a R\$ 200,00.

Os valores dos impostos e encargos federais, cujos pagamentos estão em atraso, desde de junho de 2016, somam a importância de **R\$ 753.782,00**. Portanto, sobre tal cifra incide multa de **20,0%**, o que resulta no valor de **R\$ 150.756,40**. Os juros incidentes sobre o principal mais a multa, alcançam a montante de R\$ 107.802,49.

Considerando que a empresa irá aderir ao PERT, o valor da multa seria reduzido para R\$ 113.067,30 e os juros para R\$ 53.901,25. Portanto, o valor a ser parcelado seria de R\$ 1.855.548,50 (inclusive os dois parcelamentos já existentes. De tal foram a parcela inicial seria de **R\$ 10.603,13** (superior a 1,0% da Receita Operacional Bruta).

Para fins de projeção de fluxo de caixa futuro foram previstas as taxas SELIC's de 8,0% a.a.



b) Rodoguindaste.

A dívida da empresa Rodoguindaste com a Receita Federal do Brasil soma a importância de **R\$ 628.415,70**, conforme levantamento apresentado na Tabela nº 26. Estes débitos estão agrupados em três categorias: i) Simples Nacional; ii) Débitos Previdenciários; e iii) Débitos não Previdenciários.

Neste montante estão incluídos valores em atraso, em cobrança na RFB e parcelamentos e cobranças na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Conforme apresentado na Tabela nº 26, apenas uma pequena parte se encontram parcelados, cujo valor corresponde a R\$ 150.241,55. Portanto, a maior parte está inadimplente.

TABELA Nº 26

DÍVIDA COM A RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RODOGUINDASATE

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	VALORES (R\$)
SIMPLES NACIONAL	
Simples	25.437,95
Simples – Dívida Ativa – PGFN	45.212,55
Subtotal	70.650,50
DÉBITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS	
PIS	1.380,60
COFINS	6.372,00
IRPF	63.250,45
Subtotal	71.003,05
DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	
INSS (em atraso)	122.412,11
INSS – (em cobrança na RFB)	214.108,49
INSS – (Parcelado na PGFN) (*)	150.241,55
Subtotal	486.762,15
TOTAL	628.415,70

(*) Valor amparado por parcelamento deferido.

FONTE: Levantamento feito pelo Escritório responsável pela contabilidade da empresa.

A empresa Rodoguindaste, irá proceder o parcelamento conforme disposto na **PGFN/RFB Nº 1, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015**, conforme tabela abaixo.



TABELA Nº 27
PARCELAMENTO – RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Parcelas	Percentuais Mínimos Mensal	Período	Parcela Mínima Mensal	Total do Período
I - 1ª à 12ª prestação	0,67%	08/2017 à 07/2018	4.210,39	50.524,62
II - da 13ª à 24ª prestação	1,00%	08/2018 à 07/2019	6.284,16	75.409,88
III - da 25ª à 83ª prestação	1,33%	08/2019 à 06/2024	8.357,93	493.117,80
IV - 84ª parcela	Saldo devedor	Jul-24	9.363,39	9.363,39
TOTAL			28.215,86	628.415,70

(*) Valores sujeitos a atualização entre a data do levantamento e o deferimento do parcelamento.

FONTE: Elaborada pelo autor, com base na Portaria PGF/RFB nº 01, de 13 de fevereiro de 2015.

6.3.1.2 Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná.

De acordo a Lei 18.132/2014, regulamentada pelo Decreto nº 12.498/2014, podem ser parcelados os débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA de empresas em processo de recuperação judicial.

O parcelamento, na forma estabelecida nesta Lei, somente pode ser requerido após o deferimento, devidamente comprovado, do processamento da recuperação judicial, nos moldes do art. 52 da Lei Federal nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

O débito objeto de parcelamento será consolidado separadamente, por tipo de imposto e por estabelecimento, na data da concessão, com todos os acréscimos previstos na legislação.

O débito poderá ser parcelado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais consecutivas, respeitando-se o valor mínimo da parcela de 6 UPF/PR (para o ano de 2017 está fixada em R\$ 94,97). A primeira parcela deve ser paga



na data da concessão do parcelamento. As demais parcelas até o último dia útil dos meses subsequentes.

A Lei nº 18.132/2014 (art.4º, §1º) veda o reparcelamento nas mesmas condições desta Lei.

Para parcelar Dívida Ativa o devedor deve providenciar o Termo de Regularização para Parcelamento – TRP, que poderá ser emitido eletronicamente pela Procuradoria Geral ou Regional, que comprove o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.

a) **Rodomunk.**

A empresa Rodomunk possui um débito referente ao não recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS, junto a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná, da ordem de **R\$ 319.035,32**. (Tabela nº 28)

Conforme disposto na Legislação apresentada anteriormente, o valor da parcela mensal inicial será de R\$ 3.798,04.

TABELA Nº 28
PARCELAMENTO COM A SECRETARIA DA FAZENDA DO PARANÁ
RODOMUNK

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - PARANÁ	VALORES (R\$)
ICMS-DÍVIDA ATIVA (*)	319.035,23
Valor da Parcela Mensal	3.798,04

(*) Incluso estimativa de multa, juros e honorários advocatícios.

FONTE: Valor apurado pelo autor, com base na legislação em vigor.

b) **Rodoguindaste.**

O débito tributário da empresa Rodoguindaste junto a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná, soma a importância de **R\$ 22.575,98**. (Tabela nº 29). Em razão do limite para o valor mínimo da parcela (R\$ 569,82),



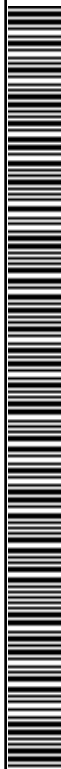
o prazo do parcelamento será de 39 meses, com o valor da parcela mensal inicial de R\$ 578,87.

TABELA Nº 29
PARCELAMENTO COM A SECRETARIA DA FAZENDA DO PARANÁ
RODOGUINDASTE

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - PARANÁ	VALORES (R\$)
ICMS-DÍVIDA ATIVA (*)	22.575,98
Valor da Parcela Mensal	578,87

(*) Valores sujeitos a incidência de multas e atualização entre a data do levantamento e o deferimento do parcelamento.

FONTE: Elaborada pelo autor, com base na Portaria PGF/RFB nº 01, de 13 de fevereiro de 2015.



6.4 - Determinação do Valor da Parcela Mensal (VPM)

O Valor da Parcela Mensal se refere à soma de todas as parcelas que deverão ser pagas, mensalmente, pelas empresas do Grupo Rodomunk, para a amortização plena de seu endividamento.

Para sua determinação foram considerados os saldos devedores apurados em 31 de janeiro de 2017, cujos valores foram corrigidos pela variação acumulada da Taxa Referencial (TR), entre os meses de fevereiro a maio de 2017 (Para os créditos sujeitos aos efeitos da Lei 11.101/2005).

Também, para a definição do Valor da Parcela Mensal, foi considerado como fator de correção a variação mensal da Taxa Referencial (TR).

No caso dos débitos tributários, as parcelas foram corrigidas conforme determina a legislação que regulamentou os parcelamentos considerados. Em todos os casos o fator estabelecido foi a SELIC, a qual foi estimada em 8,0%.

Inicialmente, na Tabla nº 30 é apresentado o Valor da Parcela Mensal (VPM), desconsiderando-se os prazos de carências sugeridos na proposta de negociação.

Conforme pode ser visto na Tabela nº 30, nessa situação o parcelamento total importaria num montante mensal de **R\$ 79.112,20**.

Tal valor é incompatível com a capacidade de pagamento apurada para as empresas, uma vez que a média mensal do lucro operacional líquido projetada para o primeiro ano em recuperação é de **R\$ 40.416,74**. (Tabela nº 19 a, b, c).

Nas Tabela nº 31(a), 31(b) e 31(c) são apresentados os Valores das Parcelas Mensais (VPM), considerando os prazos de carência proposto. São considerados os valores para os dezoito anos em recuperação.

Nessa situação, com a possibilidade de obtenção de carência dos credores, a capacidade de pagamento apurada para o todo o período é



compatível com as necessidades de desembolsos mensais para a amortização da dívida total.

Como sê, nos primeiros três anos, (Tabela nº 31(a)) as empresas terão compromissos somente com os pagamentos referentes aos créditos trabalhistas e os tributários. No primeiro o Valor da Parcela Mensal será de **R\$ 33.977,00**. Tal valor é compatível com a capacidade de pagamento apurada, representada pelo Resultado Operacional Líquido mensal, projetado.

No segundo e terceiro anos o Valor da Parcela Mensal se eleva um pouco, em razão de serem iniciados os pagamentos dos fornecedores cujos valores não são de montante elevado. No segundo ano o VPM está estimado em **R\$ 44.094,48**, com a inclusão dos pagamentos aos fornecedores de médio e grande porte, cujos direitos a receber são de até R\$ 5.000,00 e as empresas de pequeno porte (EPP/ME/EIRELI), com valores a receber até R\$ 3.000,00. No terceiro ano o VPM alcançará a cifra de **R\$ 56.465,10**, pois serão pagos os fornecedores com créditos de até R\$ 20.000,00. (Tabela nº 31(a))

No quarto ano, com o fim do período de carência, estima-se que o VPM será de **R\$ 78.467,32**. A partir deste período inicia-se o pagamento referente aos direitos creditórios de todos os credores. No quinto e sexto anos, o VPM apresentar pequena queda, razão da liquidação do parcelamento dos créditos de pequeno valor referente aos fornecedores (Tabela nº 31(a)).

A partir do 8º ano, com a liquidação total do parcelamento dos impostos estaduais, haverá sensível redução do VPM. Para o oitavo ano estima-se que o valor será de **R\$ 44.873,78**. (Tabelas nºs 31(b)). A partir deste ano, os desembolsos com a amortização do endividamento apresentará comportamento estável, apenas com a variação decorrentes dos fatores de correções. (Tabelas nº 31 (b e c)).



TABELA Nº 30
VALOR DA PARCELA MENSAL - (SEM CARÊNCIA)

DISCRIMINAÇÃO	Parcela Mensal
CREDORES CONCURSAIS	48.810,66
Direitos Trabalhistas	2.233,75
Salários Vencidos - Até 5 Sal. Mínimos	2.233,75
Credores com Garantias Reais	12.186,16
Banco do Brasil S.A.	4.944,40
Banco Bradesco S.A.	400,27
Caixa Econômica Federal	1.162,24
Itaú Unibanco S.A.	2.454,49
Banco Safra S.A.	367,16
HDLG Fundo de Invest. em Direitos Cred. Multisetorial	1.221,27
José Aleixo Gaspar	925,65
Metalúrgica Anastácio Ltda - ME	710,68
Quirografários - Instituições Financeiras	8.726,35
Banco do Brasil S/A	3.086,33
Banco Santander (Brasil) S.A	179,86
Caixa Econômica Federal	3.729,55
Sicredi União PR/SP	122,18
Itaú Unibanco S.A.	408,22
Maringá Tecnologia de Ativos Ltda	74,17
Metropolitana - Multissetorial	656,65
Sicredi	234,54
Sul Invest Prospect Securitizadora S.A	234,85
Quirografários - Fornecedores Normal	13.292,48
Valores até R\$ 5.000,00	3.479,97
Valores entre R\$ 5.0001 e R\$ 20.000,00	4.899,43
Valores Acima de R\$ 20.000,00	4.913,08
Quirografários - Fornecedores EPP	12.371,92
Valores até R\$ 3.000,00	4.270,36
Valores entre R\$ 3.0001 e R\$ 20.000,00	5.401,04
Valores Acima de R\$ 20.000,00	2.700,52
CREDORES NÃO CONCURSAIS	30.301,54
Tributos e Impostos	19.190,43
Receita Federal do Brasil	14.813,52
REFIS/PERT 2017 - PARCELAMENTO 175 Parcelas	10.603,13
PORTARIA Nº 01 - 12/02/2015 - RODOGUINDASTE	4.210,39
SECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ	4.376,91
ICMS-DÍVIDA ATIVA - RODOMUNK	3.798,04
ICMS - DÍVIDA ATIVA E EM ATRASO RODOGUINDASTE	578,87
Outros Credores Não Concurais	11.111,11
Credores Trabalhistas não Habilitados - quantia ilíquida - Art 6º §§1 a 5 da Lei 11.101/2005	11.111,11
TOTAL	79.112,20

FONTE: Elaborado pelo autor.



TABELA Nº 31 (a)
VALOR DA PARCELA MENSAL – COM CARÊNCIA (1º ao 6º ano)

PARCELAMENTOS	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano
CREDORES CONCURSAIS	2.233,75	7.769,71	18.141,17	36.397,68	35.340,60	35.428,95
Direitos Trabalhistas	2.233,75					
Salários Vencidos - Até 5 Sal. Mínimos	2.233,75					
Credores com Garantias Reais	0,00	0,00	0,00	12.277,78	12.308,48	12.339,25
Banco do Brasil S.A.				4.981,58	4.994,03	5.006,51
Banco Bradesco S.A.				403,28	404,29	405,30
Caixa Econômica Federal				1.170,98	1.173,91	1.176,84
Itaú Unibanco S.A.				2.472,95	2.479,13	2.485,33
Banco Safra S.A.				369,92	370,84	371,77
HDLG Fundo de Invest. Direitos Cred. Multisetorial				1.230,46	1.233,53	1.236,62
José Aleixo Gaspar				932,61	934,94	937,28
Metalúrgica Anastácio Ltda - ME				716,02	717,81	719,61
Quirografários - Instituições Financeiras				8.791,96	7.665,87	7.685,03
Banco do Brasil S/A				3.109,54	3.117,31	3.125,10
Banco Santander (Brasil) S.A				181,21	181,67	182,12
Caixa Econômica Federal				3.757,59	3.757,59	3.766,99
Sicredi União PR/SP				123,10	123,10	123,40
Itaú Unibanco S.A.				411,29	411,29	412,32
Maringá Tecnologia de Ativos Ltda				74,72	74,91	75,10
Metropolitana - Multissetorial				661,59	663,24	664,90
Sicredi				236,31	236,90	237,49
Sul Invest Prospect Securitizadora S.A				236,62	237,21	237,80

Cont. (...)



TABELA Nº 31 (a)
VALOR DA PARCELA MENSAL – COM CARÊNCIA (1º ao 6º ano)

(...) Cont.

PARCELAMENTOS	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano
Quirografários - Fornecedores Normal		3.488,67	8.421,35	9.886,29	9.911,00	9.935,78
Valores até R\$ 5.000,00		3.488,67	3.497,39			
Valores entre R\$ 5.0001 e R\$ 20.000,00			4.923,95	4.936,26	4.948,61	4.960,98
Valores Acima de R\$ 20.000,00				4.950,02	4.962,40	4.974,80
Quirografários - Fornecedores EPP		4.281,04	9.719,82	5.441,65	5.455,26	5.468,89
Valores até R\$ 3.000,00		4.281,04	4.291,74			
Valores entre R\$ 3.0001 e R\$ 20.000,00			5.428,08	5.441,65	5.455,26	5.468,89
Valores Acima de R\$ 20.000,00				2.720,83	2.727,63	2.734,45
CREDORES NÃO CONCURSAIS	31.743,25	36.324,77	40.323,93	42.069,63	30.082,66	31.441,10
Tributos e Impostos	20.132,14	24.191,16	27.644,31	28.819,43	30.082,66	31.441,10
Receita Federal do Brasil	15.698,15	19.728,35	23.152,49	24.298,41	25.532,25	26.861,11
REFIS/PERT 2017 - PARCELAMENTO 175 Parcelas	11.460,40	12.386,97	13.388,45	14.470,90	15.640,87	16.905,44
PORTARIA Nº 01 - 12/02/2015 - RODOGUINDASTE	4.237,75	7.341,38	9.764,04	9.827,50	9.891,38	9.955,67
SECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ	4.433,99	4.462,82	4.491,82	4.521,02	4.550,41	4.579,98
ICMS-DÍVIDA ATIVA - RODOMUNK	3.847,57	3.872,58	3.897,75	3.923,09	3.948,59	3.974,26
ICMS - DÍVIDA ATIVA E EM ATRASO RODOGUINDASTE	586,42	590,23	594,07	597,93	601,82	605,73
Outros Credores Não Concurtais	11.611,11	12.133,61	12.679,62	13.250,21	0,00	0,00
Credores Trabalhistas não Habilitados - quantia ilíquida - Art 6º §§1 a 5 da Lei 11.101/2005	11.611,11	12.133,61	12.679,62	13.250,21		
VALOR MENSAL DO PARCELAMENTO	33.977,00	44.094,48	58.465,10	78.467,32	65.423,26	66.870,05

FONTE: Elaborado pelo autor.



TABELA Nº 31 (b)
VALOR DA PARCELA MENSAL – COM CARÊNCIA (7º ao 12º ano)

PARCELAMENTOS	7º ANO	8º ANO	9º ANO	10º ANO	11º ANO	12º ANO
CREDORES CONCURSAIS	25.061,58	25.124,23	25.187,04	25.250,01	25.313,14	25.376,42
Direitos Trabalhistas	-	-	-	-	-	-
Salários Vencidos - Até 5 Sal. Mínimos	-	-	-	-	-	-
Credores com Garantias Reais	12.370,10	12.401,02	12.432,02	12.463,10	12.494,26	12.525,50
Banco do Brasil S.A.	5.019,03	5.031,58	5.044,16	5.056,77	5.069,41	5.082,08
Banco Bradesco S.A.	406,32	407,33	408,35	409,37	410,39	411,42
Caixa Econômica Federal	1.179,78	1.182,73	1.185,69	1.188,65	1.191,62	1.194,60
Itaú Unibanco S.A.	2.491,54	2.497,77	2.504,01	2.510,27	2.516,55	2.522,84
Banco Safra S.A.	372,70	373,63	374,56	375,50	376,44	377,38
HDLG Fundo de Invest. Direitos Cred. Multisetorial	1.239,71	1.242,81	1.245,91	1.249,03	1.252,15	1.255,28
José Aleixo Gaspar	939,62	941,97	944,32	946,68	949,05	951,42
Metalúrgica Anastácio Ltda - ME	721,41	723,21	725,02	726,83	728,65	730,47
Quirografários - Instituições Financeiras	7.704,24	7.723,50	7.742,81	7.762,17	7.781,57	7.801,03
Banco do Brasil S/A	3.132,92	3.140,75	3.148,60	3.156,47	3.164,36	3.172,27
Banco Santander (Brasil) S.A	182,57	183,03	183,49	183,95	184,41	184,87
Caixa Econômica Federal	3.776,40	3.785,84	3.795,31	3.804,80	3.814,31	3.823,85
Sicredi União PR/SP	123,71	124,02	124,33	124,64	124,95	125,27
Itaú Unibanco S.A.	413,35	414,38	415,42	416,46	417,50	418,54
Maringá Tecnologia de Ativos Ltda	75,29	75,47	75,66	75,85	76,04	76,23
Metropolitana - Multissetorial	666,56	668,23	669,90	671,57	673,25	674,94
Sicredi	238,08	238,68	239,27	239,87	240,47	241,07
Sul Invest Prospect Securitizadora S.A	238,39	238,99	239,59	240,19	240,79	241,39

Cont. (...)

